

LISTA DE ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	29

PARTE 1

ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

Capítulo 1

AS BASES DA TEORIA DOS PRECEDENTES: AS TRADIÇÕES JURÍDICAS DE <i>CIVIL LAW</i> E <i>COMMON LAW</i> E A ATUAL CONVERGÊNCIA	35
1.1. Os sistemas e as tradições jurídicas	35
1.2. O <i>civil law</i>	36
1.2.1. Formação e extensão.....	36
1.2.2. Características tradicionais do <i>civil law</i>	42
1.3. O <i>common law</i>	48
1.3.1. Formação e extensão.....	48
1.3.2. Características tradicionais do <i>common law</i>	54
1.3.3. A formação da doutrina do <i>stare decisis</i>	58
1.4. Há incompatibilidade entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i> ?.....	65
1.4.1. Recepção jurídica	65
1.4.2. A circulação de tecnologia jurídica entre sistemas de diferentes tradições.....	66
1.5. Mudanças nos ordenamentos e descaracterização das tradições: a atual convergência entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	68

Capítulo 2

CONCEITO, NATUREZA E EFICÁCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	77
2.1. O conceito de precedente	77
2.1.1. A ideia de precedente e o precedente judicial: proposta conceitual.....	77
2.1.2. Noções retrospectiva e prospectiva do precedente.....	81
2.2. Natureza jurídica do precedente judicial	84
2.3. Classificação conforme a eficácia da norma do precedente.....	86
2.4. Em busca da precisão conceitual do precedente judicial: algumas distinções importantes	90
2.4.1. Precedente e costume.....	90
2.4.2. Precedente e jurisprudência	92
2.4.3. Precedente e ementa.....	94
2.4.4. Precedente e súmulas.....	95
2.4.5. Precedente e coisa julgada	97
2.5. Algazarra conceitual no processo civil brasileiro	99

Capítulo 3

FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DA OBRIGATORIEDADE DOS PRECEDENTES.....	103
3.1. Considerações gerais.....	103
3.2. Segurança jurídica	104
3.2.1. Segurança como característica essencial do direito.....	104
3.2.2. A segurança jurídica é possível?	105
3.2.3. As perspectivas da segurança jurídica	109
3.2.3.1. Noções gerais.....	109
3.2.3.2. Cognoscibilidade.....	111
3.2.3.3. Estabilidade	112
3.2.3.4. Previsibilidade	114
3.2.4. Segurança jurídica e a proteção da confiança legítima	116
3.2.5. Segurança jurídica e Estado de Direito	120
3.2.6. Conclusão: <i>stare decisis</i> como expressão da segurança jurídica	123

3.3. Igualdade.....	126
3.4. Eficiência jurisdicional e economia processual.....	132
3.5. Duração razoável do processo	136
3.6. Boa-fé.....	137
3.7. Outros aspectos relevantes para a adoção dos precedentes obrigatórios.....	139

Capítulo 4

DA POSSIBILIDADE E DA NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO	143
4.1. Aportes teóricos que fundamentam a teoria dos precedentes.....	143
4.1.1. O neoconstitucionalismo e o direito brasileiro	143
4.1.2. O resgate da dimensão interpretativa e problemática do direito como argumento fundante da importância dos precedentes judiciais	147
4.1.3. Os conceitos jurídicos indeterminados e as cláusulas gerais.....	151
4.1.4. Princípios como normas	159
4.1.4.1. Considerações gerais	159
4.1.4.2. Ronald Dworkin	160
4.1.4.3. Robert Alexy	161
4.1.4.4. Humberto Ávila.....	163
4.1.4.5. Marcelo Neves	164
4.1.4.6. Os princípios e os precedentes judiciais	167
4.1.5. A criatividade judicial e a teoria dos precedentes.....	169
4.2. A relação entre a dogmática constitucional brasileira e a doutrina do <i>stare decisis</i>	177
4.3. Por que não uma teoria dos precedentes? Exame dos argumentos contrários ao sistema brasileiro de precedentes obrigatórios	187
4.3.1. Inflexibilidade.....	187
4.3.2. Complexidade	189
4.3.3. Ofensa ao convencimento motivado e à independência do juiz.....	190
4.3.4. Impedimento de acesso de justiça	194
4.3.5. Redução da qualidade das decisões judiciais: as decisões sub-optimais.....	196
4.3.6. Inexistência de uma cultura de respeito aos precedentes.....	198
4.3.7. Ainda e sempre: a tripartição de poderes	201

4.4. Um novo capítulo da história dos precedentes judiciais no Brasil: o material normativo necessário para o <i>stare decisis</i> trazido pelo CPC/2015 e o debate doutrinário acerca de sua constitucionalidade	205
4.5. Conclusões da Primeira Parte: sobre a possibilidade de concretização de uma teoria dos precedentes brasileira.....	210

PARTE 2

A TEORIA DOS PRECEDENTES: COMPREENSÃO, FUNCIONAMENTO E APLICAÇÃO

Capítulo 5

A COMPREENSÃO DO <i>STARE DECISIS</i> E DO PRECEDENTE JUDICIAL.....	217
5.1. Os precedentes como fonte do direito e o sistema jurídico brasileiro.....	217
5.2. Qual a natureza do <i>stare decisis</i> ?	218
5.3. As características funcionais essenciais dos precedentes obrigatórios	219
5.3.1. Autorreferência	219
5.3.2. A formação do precedente judicial e as exigências do <i>due process of law</i> ...	222
5.3.2.1. A relação entre o devido processo e os precedentes judiciais obrigatórios	222
5.3.2.2. Como preservar o devido processo no <i>stare decisis</i> ?.....	223
5.3.2.3. O contraditório e seu alargamento.....	226
5.3.2.4. A fortificação do dever de fundamentação das decisões judiciais ..	229
5.3.2.5. Um excursus conclusivo: a importância do modelo cooperativo do processo civil brasileiro	232
5.3.3. A publicidade das decisões judiciais.....	238
5.3.4. Uma nota importante: o papel da doutrina no <i>stare decisis</i> brasileiro	241
5.4. O sistema de precedentes e o sistema legal: pactos e impactos	243
5.5. Precedentes judiciais e nomofilaquia.....	249
5.6. A compreensão da força vinculante do precedente judicial	252
5.6.1. A bipartição entre <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	252
5.6.2. <i>Ratio decidendi</i>	253
5.6.2.1. A concepção de <i>ratio decidendi</i>	253
5.6.2.2. O problema do método: uma exposição sobre a definição da <i>ratio decidendi</i> no <i>common law</i>	256

5.6.2.3. Definindo <i>ratio decidendi</i> no direito brasileiro: uma contribuição do Brasil à problemática.....	260
5.6.2.4. Definindo <i>ratio decidendi</i> no sistema de normas brasileiro: regra ou princípio?.....	264
5.6.2.5. <i>Ratio decidendi</i> e hierarquia de normas.....	268
5.6.2.6. <i>Ratio decidendi</i> e hierarquia de normas II: crítica a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça	270
5.6.2.7. Precedentes com várias <i>rationes decidendi</i>	273
5.6.2.8. Precedentes sem nenhuma <i>ratio decidendi</i>	275
5.6.2.9. Precedentes em que a <i>ratio decidendi</i> é a norma legal.....	276
5.6.2.10. A crítica à <i>ratio decidendi</i> como norma.....	277
5.6.2.11. Notas conclusivas.....	280
5.6.3. <i>Obiter dictum</i>	280

Capítulo 6

A APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	285
6.1. Norma do precedente e hipótese fática.....	285
6.2. O sistema de precedentes e sua constante reconstrução	288
6.3. O <i>distinguishing</i> como método de aplicação dos precedentes	290
6.3.1. <i>Distinguishing</i> : a diferenciação de casos	290
6.3.2. Critérios para realizar a distinção	296
6.3.3. Distinções ampliativas e distinções restritivas	299
6.3.4. A contribuição das distinções para a delimitação da <i>ratio decidendi</i>	302
6.3.5. Casos muito distinguidos.....	305
6.4. As distinções inconsistentes (<i>inconsistent distinguishing</i>).....	305
6.5. A transformação (<i>transformation</i>).....	308
6.6. A decisão <i>per incuriam</i>	311

Capítulo 7

A SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES	313
7.1. As normas jurídicas e a necessidade de mudança	313
7.2. A autoridade dos precedentes e as normas indesejáveis	316

7.3. As razões substanciais e as razões de segurança na argumentação com precedentes	318
7.4. A superação dos precedentes judiciais (<i>overruling</i>)	320
7.4.1. Conceito de superação de precedente (<i>overruling</i>)	320
7.4.2. Os fundamentos necessários para a superação	323
7.4.3. O desgaste da segurança da norma do precedente judicial: elementos facilitadores da superação do precedente	328
7.5. O <i>overriding</i>	334
7.6. A sinalização (<i>signaling</i>)	335
7.7. A superação antecipada (<i>anticipatory overruling</i>)	337
7.8. A eficácia temporal da superação dos precedentes	341

PARTE 3

A REMODULAÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL A PARTIR DA EFICÁCIA OBRIGATÓRIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

Capítulo 8

ANÁLISE DO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL A PARTIR DA TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS APLICADA	355
8.1. A aplicação da teoria dos precedentes obrigatórios ao direito processual brasileiro	355
8.2. O regime jurídico dos precedentes judiciais no Código de Processo Civil	358
8.2.1. O CPC/2015 e a proteção da segurança jurídica	358
8.2.2. Histórico da regulação dos precedentes no trâmite legislativo do CPC	361
8.2.2.1. Precedentes judiciais no Anteprojeto de Código de Processo Civil....	361
8.2.2.2. Precedentes judiciais no PL 166/2010 (versão Senado Federal)	362
8.2.2.3. Precedentes judiciais no PL 8.046/2010 (versão Câmara dos Deputados)	363
8.2.2.4. Precedentes judiciais na Lei 13.105, de 16 de março de 2015	365
8.2.3. Análise do sistema de precedentes do CPC/2015	367
8.2.3.1. Os artigos 926 e 927 do CPC/2015 como subsídio para o <i>stare decisis</i> brasileiro	367
8.2.3.2. O sistema de precedentes do CPC/2015	368
8.2.3.2.1. O dever geral de segurança jurídica e os deveres de uniformização, estabilidade, integridade e coerência	368

8.2.3.2.2.	A complicadíssima relação entre os precedentes obrigatórios e as súmulas no CPC/2015	371
8.2.3.2.3.	O rol de precedentes obrigatórios do CPC/2015.....	377
8.2.3.2.4.	Outras normas da sistemática de precedentes do art. 927 do CPC.....	382
8.2.3.3.	Considerações finais e conclusões parciais.....	388
8.3.	Decisão judicial e precedente obrigatório no direito brasileiro	388
8.3.1.	Os requisitos de existência, validade e eficácia do precedente judicial obrigatório no Brasil.....	388
8.3.2.	Quais precedentes devem ser considerados obrigatórios?	394
8.3.3.	Fundamentando os precedentes e fundamentando com base nos precedentes.....	400
8.3.4.	A utilização de ementas na sistemática de precedentes	407
8.3.5.	A importância do relatório para o funcionamento do sistema de precedentes.....	408
8.3.6.	A função do dispositivo da decisão para o precedente	410
8.4.	Aspectos relevantes para o controle de constitucionalidade	411
8.4.1.	Aspectos gerais do controle de constitucionalidade no direito brasileiro....	411
8.4.2.	Da necessidade de compreensão adequada do controle de constitucionalidade	412
8.4.3.	Influências do <i>stare decisis</i> no controle de constitucionalidade incidental e a chamada “objetivação do controle difuso”	414
8.4.4.	Influências do <i>stare decisis</i> no controle de constitucionalidade por ação....	417
8.4.5.	A eficácia temporal nas duas formas de controle de constitucionalidade. Análise crítica.....	420
8.5.	O regime processual das demandas repetitivas.....	423
8.5.1.	A falta de racionalidade na prática brasileira e o microsistema de causas repetitivas como uma tentativa de solução	423
8.5.2.	O devido processo legal nas causas repetitivas e os precedentes judiciais obrigatórios.....	428
8.5.3.	A formação dos precedentes nas causas repetitivas: formação estática ou dinâmica?	432
8.5.4.	A seleção de causa paradigmática para a formação dos precedentes nas causas repetitivas	434
8.5.5.	Tese e <i>ratio decidendi</i>	437
8.5.6.	O grave problema dos precedentes obrigatórios em procedimentos concentrados com teses desatreladas dos casos.....	442

8.5.7. Procedimento especializado para causas repetitivas estabilizadas por precedente obrigatório	447
8.6. Ônus argumentativos – A reformulação da postulação no CPC/2015 e sua relação com os precedentes obrigatórios.....	450
8.7. Litigância de má-fé.....	457
8.8. Recurso extraordinário e recurso especial.....	465
8.8.1. Recursos excepcionais como forma por excelência de formação de precedentes.....	465
8.8.2. A repercussão geral e o sistema de precedentes	471
8.8.3. A relevância da questão federal e o sistema de precedentes	478
8.8.4. O juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais instituído pela Lei 13.256/2016.....	486
8.8.4.1. O art. 1.030 do CPC/2015 – breve histórico legislativo.....	486
8.8.4.2. O art. 1.030 do CPC/2015 – compreensão.....	489
8.8.4.3. O “juízo de admissibilidade” dos recursos excepcionais realizados nos tribunais <i>a quo</i> e a compreensão da distinção como método de aplicação de precedentes – Primeira crítica	495
8.8.4.4. Os recursos extraordinário e especial como meios por excelência de construção e alteração do direito – Segunda crítica	500
8.8.4.5. Proposta de interpretação conforme a Constituição e de modificação da lei.....	504
8.9. Recursos extraordinários e especiais repetitivos	510
8.10. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	516
8.10.1. A introdução do incidente de resolução de demandas repetitivas no sistema processual brasileiro	516
8.10.2. Características gerais do incidente de resolução de demandas repetitivas	518
8.10.3. Procedimento do IRDR.....	520
8.10.3.1. Instauração.....	520
8.10.3.2. Processamento	528
8.10.3.3. Julgamento e aplicação da tese e do precedente	531
8.10.3.4. Recurso	534
8.10.4. A crítica de Luiz Guilherme Marinoni: o produto da decisão do incidente de resolução de demandas repetitivas não como um precedente, mas como coisa julgada sobre questão.....	535
8.10.4.1. Apresentação das ideias de Luiz Guilherme Marinoni	535
8.10.4.2. Excurso: sobre a <i>issue preclusion</i> ou <i>collateral estoppel</i>	537

8.10.4.2.1. Introdução	537
8.10.4.2.2. Compreensão	539
8.10.4.2.3. Requisitos para a aplicação	542
8.10.4.2.4. Limites subjetivos	545
8.10.4.3. Conclusão: o incidente de resolução de demandas repetitivas gera precedente ou coisa julgada sobre questão?	546
8.11. Incidente de assunção de competência	550
8.12. Incidente de superação de precedente	553
8.12.1. Necessidade de procedimento para deliberação incidental quanto à superação de precedente	553
8.12.2. Compreensão do art. 986, desdobramentos procedimentais e interpretação adequada	555
8.12.3. A erupção de um problema incontornável: a total impossibilidade de limitação da criatividade noutros procedimentos que não o incidente de superação	557
8.13. Tutela provisória: a tutela de evidência	559
8.13.1. Disposições gerais quanto à técnica antecipatória	559
8.13.2. Compreensão da tutela de evidência	562
8.13.3. Procedimento da tutela de evidência no CPC/2015	564
8.13.4. A aplicação da tutela de evidência fundada em precedente obrigatório	566
8.14. Improcedência liminar do pedido	570
8.14.1. Compreensão e fundamentos da improcedência <i>prima facie</i>	570
8.14.2. Breve histórico legislativo: o art. 285-A do CPC/1973	571
8.14.3. A improcedência liminar do pedido no CPC/2015	574
8.14.3.1. Hipóteses de aplicação e ampliação do rol	574
8.14.3.2. Requisitos para a aplicação do julgamento liminar pela improcedência	576
8.14.3.3. Limites do contraditório no art. 332 do CPC	577
8.14.3.4. Características da decisão e da sua recorribilidade	582
8.15. Julgamento antecipado do pedido e julgamento antecipado parcial do mérito	583
8.16. Alteração da compreensão do interesse recursal a partir do sistema de precedentes obrigatórios	585
8.16.1. Interesse de agir no processo civil	585
8.16.1.1. As condições da ação	585
8.16.1.2. Interesse de agir	588

8.16.2. Interesse recursal.....	594
8.16.3. Da insuficiência da concepção tradicional de interesse recursal para a operação com o sistema brasileiro de precedentes obrigatórios	600
8.16.4. Proposta conceitual e algumas consequências	605
8.17. Embargos de declaração.....	610
8.17.1. Noções gerais	610
8.17.2. Embargos de declaração e dever de autorreferência	610
8.17.3. Embargos de declaração e modulação de efeitos	613
8.17.4. Embargos de declaração e <i>obiter dictum</i>	615
8.18. Poderes do relator	618
8.19. A remodelagem do agravo interno.....	620
8.19.1. Características gerais do agravo interno	620
8.19.2. Procedimento	623
8.19.3. O reforço cooperativo do agravo interno.....	625
8.19.4. Especificamente: o agravo interno no sistema de precedentes.....	628
8.20. Embargos de divergência.....	632
8.21. A reclamação constitucional e seu cabimento para cassar a aplicação equivocada de precedentes obrigatórios	637
8.21.1. A reclamação constitucional: aspectos gerais	637
8.21.2. A reclamação constitucional no CPC e sua funcionalização para forçar a aplicação de precedentes obrigatórios.....	640
8.21.3. Crítica à ligação entre reclamação e precedentes obrigatórios	644
8.22. Ação rescisória fundada em precedente obrigatório.....	650
8.23. Regras do cumprimento de sentença relacionadas com o sistema de precedentes obrigatórios	656
8.23.1. Impugnação fundada em precedente constitucional e sua eficácia rescisória	656
8.23.2. Liberação da caução em cumprimento provisório	660
8.24. As súmulas dos tribunais superiores, as súmulas vinculantes do STF e sua relação com os precedentes obrigatórios – a fossilização das súmulas no direito brasileiro	662
8.25. O direito intertemporal aplicado à obrigatoriedade dos precedentes no CPC/2015	667
8.26. Vinculação do árbitro aos precedentes obrigatórios.....	670
8.26.1. Vinculação do árbitro ao precedente obrigatório.....	670

8.26.2. Consequências da vinculação do árbitro aos precedentes: remédios judiciais cabíveis	678
8.26.2.1. Ação anulatória	678
8.26.2.2. Impugnação ao cumprimento de sentença	680
8.26.2.3. Reclamação	681
8.26.3. Arremate.....	683
CONCLUSÕES.....	685
REFERÊNCIAS.....	687